



Índice

- 01** Demarcação de terras quilombolas é exigida em ação civil pública em Cáceres
- 02** Semast inclui moradores do Carmo do Maruanum no CadÚnico
- 03** Cleber Buzatto: "O Estado brasileiro não pode aprovar a PEC 215"
- 04** INFORME 8 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
- 05** Balanço da desocupação da reserva indígena Awá-Guajá será feito dia 29
- 06** Mulher, Viver sem Violência atende ribeirinhas no Pará
- 07** Sou médico. Na Uniselva, aprendi com os índios
- 08** Projeto no futebol é parte da meta de novas profissões para índios
- 09** Secretaria desperdiça adubos e 3t de sementes, denunciam índios em RR
- 10** Alunos indígenas vão participar de Ciclo Intercultural
- 11** Brasil – Índios, Infanticídio e os "Antropólogos da morte"
- 12** Tribos de recente contato terão ações e plano com foco na saúde
- 13** PF investiga arrendamento de terras indígenas demarcadas no RS
- 14** Prefeitura discute melhorias para saúde indígena
- 15** Estado tem novos professores indígenas
- 16** Ministros discutem hoje como atender chantagem dos índios Tenharim
- 17** Exposição revela o pensamento de indígenas sobre as tecnologias que consomem o



[mundo](#)

- 18** [Indígenas estão voltando para suas comunidades, afirma coordenador](#)
- 19** [Carta Nacional da CONAQ Contra Os Ataques a Quilombolas em Minas Gerais](#)
- 20** [Ufac em Cruzeiro forma a 1ª turma de professores indígenas](#)
- 21** [Arrendamento de terras: para procurador, está se criando no Brasil uma elite indígena](#)
- 22** [Ocupação da sede da Funai está prejudicando comunidades indígenas do Am, diz Coiab](#)
- 23** [Quilombolas feridos em conflito em Verdelândia continuam internados](#)
- 24** [Polícia Civil apura agressão a tiros contra 35 famílias quilombolas em Verdelândia](#)
- 25** [Universidade Federal de Rondônia propõe acolher indígenas Tenharim](#)
- 26** [Projetos do MMA em terras indígenas iniciam fase de execução](#)
- 27** [Inkra cadastra 14 famílias para desocupar terra indígena no Amazônia](#)
- 28** [Dnit libera recursos para compensação indígena na BR- 156](#)
- 29** [ÁGUAS BELAS: Índios da Tribo Fulni-ô recebem moradias em ação conjunta dos Governos Dilma e Genivaldo Menezes](#)
- 30** [Arrendamento de terras: para procurador, está se criando no Brasil uma elite indígena](#)
- 31** [Projeto pode indenizar agricultores ocupantes de terras indígenas](#)



Demarcação de terras quilombolas é exigida em ação civil pública em Cáceres
SÍTIO AMBITO JURÍDICO, 20.01.2014

Nesta segunda-feira (20), a comunidade Pita Canudos foi representada pela Defensoria Pública da União (DPU) em Cáceres (MT), que ajuizou uma Ação Civil Pública para obrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a União a promoverem estudos e levantamentos necessários à regularização fundiária da área sobre a qual incide a gleba da comunidade.

Em setembro de 2013, a Comunidade Pita Canudos foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, entidade veiculada à preservação de manifestações culturais afro-brasileiras, como remanescente de comunidades de quilombos. No entanto, a regularização do seu espaço ainda não teve início.

Segundo o defensor público federal Hendrikus Simões Garcia, que atua no caso, "a presente Ação Civil Pública tem por objetivo a tutela dos interesses difusos e coletivos de diversas famílias de trabalhadores rurais remanescentes de quilombos que se encontram destituídas de todo e qualquer amparo por parte do poder público, em razão da mora estatal em promover a regularização fundiária de uma considerável parcela de suas terras situada neste município de Cáceres, assim como em desenvolver os trabalhos necessários à implantação de um projeto de assentamento local".



Semast inclui moradores do Carmo do Maruanum no CadÚnico

SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 20.01.2014

A Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (Semast) visitou no último sábado, 18, a comunidade quilombola Carmo do Maruanum, para a realização do Cadastro Único (CadÚnico), sistema que dá acesso aos programas do Governo Federal. O atendimento foi realizado na Escola Municipal Vô Lixandre, onde a equipe foi bem recebida pela comunidade.

Desta vez a população se inscreveu no CadÚnico para a inclusão no Programa Nacional de Habitação Rural, que prevê a construção de 45 casas na localidade ainda neste semestre.

“Nossa comunidade é formada por pessoas carentes. Temos sempre que escolher onde iremos aplicar a renda que conseguimos com a agricultura familiar: na construção de casa ou na formação profissional de nossos filhos. O projeto de habitação rural vem para suprir essa carência”, relatou o presidente em exercício da Associação de Moradores e Produtores Rurais Remanescentes do Quilombo Carmo do Maruanum, Adézio Araújo Lemos, quando perguntado sobre os benefícios do atendimento na localidade.

O quilombo Carmo do Maruanum já existe há mais de 300 anos, é formado por descendentes de escravos e índios, que usam a agricultura familiar e a produção de louças de barro para sobreviver.

“Um povo que traz tradições antigas desde os primeiros moradores do Estado, merece o máximo de cuidado e maior incentivo para se desenvolver. A Prefeitura de Macapá procura atender todas as comunidades, das mais antigas até aquelas que estão se formando agora”, declarou a coordenadora de Desenvolvimento Social da Semast, Aurisés da Silva Tito.

A Secretaria Municipal de Assistência Social organiza um cronograma de visitas que deverão acontecer ainda este ano nas comunidades, para o atendimento e inclusão no Cadastro Único. O objetivo é incluir a população de todo o município em Programas do Governo Federal.

Cleber Buzatto: "O Estado brasileiro não pode aprovar a PEC 215"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014

"A bancada ruralista vai fazer de tudo para aprovar a PEC já no primeiro semestre, mas tudo vai depender também das mobilizações das tribos pelo Brasil"

Por Bruno Pavan, Brasil de Fato



O ano de 2013 foi novamente de muita luta para o CIMI (Conselho Indígena Missionário). Em diversos estados brasileiros tribos foram para o enfrentamento para garantir seus direitos e é esse ponto que Cleber Buzatto, secretário Nacional da entidade, leva como positivo.

"Pela conjuntura do país, consideramos que 2013 foi de saldo positivo para as lutas indígenas. Os povos realizaram uma série de manifestações fazendo frente a um cenário adverso, batendo de frente com os ruralistas", comemorou Buzatto.

Diversas pautas estão na agenda de 2014, mas a atenção maior será para a PEC 215, que retira da União o poder de demarcar terras indígenas e passa essa responsabilidade para o Congresso, dominado pela bancada ruralista.

"Continuaremos mobilizados e construindo nossas relações políticas para que o Estado brasileiro não aprove esse retrocesso contra os povos indígenas. A bancada ruralista vai fazer de tudo para aprovar a PEC já no primeiro semestre para ter uma bandeira para as eleições. Existem também os prazos legais do Congresso, mas tudo vai depender também das mobilizações das tribos pelo Brasil", explica.

Caso Tenharim

O caso dos Tenharims é evidenciado pelo secretário. Em 2013, depois da morte do cacique Ivan Tenharim e do sequestro de três homens, atribuído os índios, no dia 16 de dezembro, eles foram impedidos de entrarem na cidade de Humaitá (AM) e estão isolados na tribo recebendo ajuda da Funai.

Cleber acredita que esses conflitos acontecem por conta do ataque dos políticos contra tribos pelo Brasil e vão continuar ocorrendo em 2014. "Esse processo de ataque vai seguir. É um discurso inflamatório, potencializa o preconceito contra os índios e as ações de violência física. Tudo isso serve para dar um ar de legitimidade ao ataque da bancada ruralista. O intuito é facilitar o acesso e a exploração das terras indígenas", diz.

INFORME 8 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO FUNAI, 20.01.2014



Na manhã deste domingo (19), equipes da Funai, das Polícias Federal e Rodoviária Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, da Força Aérea, Exército e da Força Nacional visitaram os awá na Aldeia Juriti (MA), localizada na região sul da terra indígena awá-guajá.

O encontro proporcionou uma troca de experiências entre os indígenas e os servidores envolvidos na Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá. Os coordenadores das equipes explicaram sobre o funcionamento

das ações de retirada de não-índios e madeireiros da região. Com a retirada, os awá poderão retornar suas atividades de caça e coleta na área, à medida que a terra for recuperada, o que garantirá a fonte de alimento e a reprodução física e cultural dos indígenas.

Os awá relataram para as equipes os impactos negativos da exploração madeireira na terra indígena, com a presença constante de tratores, caminhões e não-índios. O desaparecimento da caça com a derrubada da floresta vem provocando o confinamento de um grupo tradicionalmente caçador e coletor, que também se vê impedido de sair da área da aldeia devido a ameaças de morte recebidas. Esse confinamento traz sérios riscos para a segurança alimentar dos indígenas.



Balanco da desocupação da reserva indígena Awá-Guajá será feito dia 29

SÍTIO CLIPTV NEWS, 20.01.2014

Ordens de despejo estão sendo entregues na região noroeste do estado. Atualmente, há cerca de 300 construções na reserva dos indígenas.

Do G1 MA, com informações da TV Mirante

Está agendada para o dia 29, na sede da Justiça Federal, em São Luís, uma reunião com os agentes envolvidos na operação de desocupação da reserva indígena Awá-Guajá, na região noroeste do estado. Vai ser feito um balanço da operação, para saber quem já foi notificado, quem ainda não recebeu o documento, quantas famílias existem na área, quantas são as propriedades agrícolas, e até mesmo a quantidade de índios.

Durante todos esses dias, helicópteros da Força Aérea Brasileira (FAB) estão levando os oficiais de Justiça às áreas mais remotas da floresta - na entrega da ordem de despejo. A operação na reserva indígena awá guajá já dura 15 dias e envolve cerca de 200 homens do Exército, Força Nacional de Segurança e das polícias federal e rodoviária federal, além de agentes da Funai, servidores do Incra e do IBAMA.

Uma base militar foi montada para dar suporte aos trabalhos. A ação se concentra no sul da reserva, onde a invasão de madeireiros foi mais intensa e deixou imensas clareiras na selva. O Desmatamento na região afeta 34% do território - uma área equivalente a 400 quilômetros quadrados - nos municípios maranhenses de Zé Doca e São João do Caru, Centro Novo, Nova Olinda e Governador Newton Belo.

O Ministério da Defesa mapeou cerca de 300 construções dentro da reserva dos awá-guajás. Na semana passada, os ocupantes começaram a receber a ordem de despejo - e com a notificação, um prazo de 40 dias para sair da reserva.

Os gastos com a operação - segundo a Secretaria Geral da Presidência da República - serão de R\$ 8 milhões. A ordem da Justiça para a retirada dos invasores já tem oito anos. A ação foi movida pelo Ministério Público Federal em 2005 - um longo processo que foi parar no Supremo Tribunal Federal. Em novembro do ano passado, se esgotaram todos os recursos e o governo federal ficou obrigado a retirar os não-índios da reserva indígena dos awá-guajás.

"A ordem é fazer a desintrusão. A retirada daqueles que não sejam índios, de intrusos. Isso será feito com o apoio que o Estado brasileiro está colocando. A força é do Estado brasileiro", explicou o juiz da 5ª Vara de Justiça Federal do Maranhão, José Carlos Madeira.

No fim do prazo de 40 dias, o governo federal tem que fazer a remoção de quem não cumpriu a ordem judicial. As casas serão demolidas. As prefeituras também tem que destruir os prédios públicos - construídos na reserva. Ninguém será indenizado.



Mulher, Viver sem Violência atende ribeirinhas no Pará

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.01.2014

Agência-barco da Caixa possibilita que programa faça diagnóstico sobre situação das mulheres da floresta e das águas no estado

Mulheres da mata, campo e praias de água doce do Marajó, no Pará, serão atendidas pelo programa 'Mulher, Viver sem Violência', da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), de 20 de janeiro a 6 de fevereiro. O percurso a ser feito pela agência-barco da Caixa Ilha de Marajó abarca nove municípios marajoaras: Bagre, Curralinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Esta é a primeira viagem da embarcação, que chega a Ponta de Pedras (PA) na segunda-feira (20), quando se inicia o atendimento à população.

Na última semana, a ministra Eleonora Menicucci, da SPM, participou da inauguração da agência-barco da Caixa e firmou cooperação com o banco para a incorporação do programa ao veículo fluvial. Em outubro passado, a ministra acolheu demanda dos estados do Norte para ação específica do 'Mulher, Violência sem Violência' no atendimento às mulheres das águas. Além do Ilha do Marajó, estão previstas mais duas embarcações da Caixa para a prestação de serviços do programa e outras duas a serem adquiridas pela SPM, para circulação na região da Amazônia e do Rio São Francisco, compondo cinco unidades fluviais até o final deste ano.

"Este é um processo em que as mulheres são protagonistas. Reconheceram a violência, deram significado a essa forma de opressão de gênero, cobraram respostas do poder público e elaboraram a Lei Maria da Penha. É legado feminista e do movimento de mulheres construído, nos últimos 40 anos, pelas brasileiras. E a partir de agora a Lei Maria da Penha vai navegar pelos rios do Brasil, acolhendo mulheres das florestas e das águas e colaborando para o acesso delas a direitos e cidadania", afirma a ministra Eleonora.

Atendimento ao público

Nessa primeira viagem, a SPM fará atendimento com equipe técnica, que estará encarregada de fazer diagnóstico sobre a realidade e as demandas de serviços especializados das ribeirinhas do Marajó. Acompanha o grupo técnico, a especialista da sociedade civil em violência contra a mulher Amelinha Teles, da União de Mulheres.

O levantamento subsidiará o atendimento a ser realizado nos barcos, por meio do 'Mulher, Viver sem Violência', e as negociações com o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Campo e na Floresta e o Grupo Executivo Estadual do programa no estado – ambos a serem constituídos quando da adesão do Pará à iniciativa do governo federal. A estimativa é a de que governo estadual, prefeitura de Belém e de municípios-polos, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual formalizem, em 6 de fevereiro, a cooperação com a SPM.

CONT.



Justiça às mulheres

A tolerância zero à violência de gênero e à impunidade dos agressores é um dos objetivos principais da presidenta Dilma Rousseff, que determinou a criação do programa 'Mulher, Viver sem Violência', para intensificar os esforços do governo federal e parceria no enfrentamento à violência sexista. Soma-se ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ambos sob a coordenação da SPM.

O programa articula ações para facilitar o acesso das mulheres em situação de violência a direitos e serviços públicos de segurança pública, justiça, saúde e atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência, a serem concentrados na Casa da Mulher Brasileira que funcionará uma em 26 capitais do País.

Um dos diferenciais do 'Mulher, Viver sem Violência' é o investimento na mobilidade dos serviços especializados por meio de unidades móveis rodoviárias – 54 ônibus, sendo dois por unidade federativa para atender mulheres do campo e da floresta – e agora fluvial. São cinco embarcações com a prestação de serviço do programa a entrarem em funcionamento até o final do ano: três agências-barco da Caixa e dois barcos da SPM.

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Sou médico. Na Uniselva, aprendi com os índios

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 20.01.2014



"O primeiro marco da nova casa de ensino superior foi o Museu Rondon, em homenagem ao grande pacificador das etnias existentes em MT" (Novis). Mulheres Kaiowá fotografadas por Paulo Ribas em Dourados (MS).

GABRIEL NOVIS NEVES
De Cuiabá

Havia um tempo que era pejorativo chamar alguém de índio ou morar na terra, ainda, deles. Nasci, fui educado, estudei e, quando tive oportunidade, tentei apagar esse preconceito.

Como o índio morava na selva, hoje quase em extinção, denominei de "Universidade da Selva" a burocrática Universidade Federal de Mato Grosso, isso em 1971, durante o Primeiro Encontro dos Reitores das Universidades Públicas em Brasília.

Era a nossa meta de intenções para esta parte do Brasil - tão cobiçada pelas nações estrangeiras!

O primeiro marco da nova casa de ensino superior foi o Museu Rondon, em homenagem ao grande pacificador das etnias existentes em nosso Estado.

CONT.



Para meu orgulho sou filho do “Bugre do Bar”, apelido que o meu pai ganhou pela cor indígena da sua pele. Percorri toda a área de atuação da Missão Anchieta ao norte do nosso Estado, cuja sede ficava localizada em Utiarity.

Seus membros eram jesuítas, e desenvolveram um trabalho extraordinário durante o choque inevitável dos homens brancos, dito civilizados, com os povos não aculturados. Muitas mortes foram evitadas, porém, o número de mortos quase dizimou civilizações inteiras.

Aprendi muito também com os irmãos Villas-Bôas, com Apoená e com Chico Meirelles. Todos foram contratados como professores colaboradores da nossa incipiente Uniselva

Fui médico de índias e operei algumas delas. Posteriormente, tivemos conosco na Uniselva o saudoso cacique Mário Juruna, de quem recebeu o seu famoso gravador. Brizola, que era a favor do respeito às minorias, o elegeu Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, a eterna capital da cultura brasileira.

Diante de tanta sabedoria e felicidade que encontrei nesses povos das florestas, sempre indagava o motivo de terem lhes tirado quase tudo. Bens materiais e imateriais. Afinal eles eram os verdadeiros donos.

Certa ocasião, assistindo no Xingu o Quarup, em homenagem a Noel Nutels, o russo médico dos índios, Cláudio respondeu a minha pergunta inquietante sobre a razão de tanta felicidade dos povos ainda não aculturados.

“Eles não conhecem o dinheiro, nem o casamento, nem a propriedade”, disse-me o antropólogo do mato.

“Não tinham noção da posse das coisas ou pessoas”.

“Fico imaginando - continuou o pensador - até que ponto foi ‘negócio’ comprarmos, massacrando os verdadeiros donos das terras, o conforto, a riqueza material em troca da felicidade perdida.”

Como era bom ter nascido no Brasil antes de 1500, e ser chamado de índio!



Projeto no futebol é parte da meta de novas profissões para índios

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 20.01.2014

ELIANO JORGE
DE SÃO PAULO

Os dirigentes do paraense Gavião Kyikatejê, do equatoriano Mushuc Runa e das suas respectivas comunidades apostam na educação para que os jovens índios tenham um futuro melhor.

Não pretendem apenas formar jogadores indígenas nas suas categorias de base. Seus planos são permitir oportunidades às novas gerações em várias áreas.

"Vivemos acima de 3.200 m de altitude, sofremos com a discriminação. É preciso diversificar as profissões dos indígenas", avaliou para a Folha o presidente vitalício do Mushuc Runa, o advogado Luis Alfonso Chango.

Seu pensamento coincide com o do presidente do clube paraense, o cacique Pepkrakte J. Ronoré Konxarti, conhecido como Zeca Gavião.

"A gente precisa de índios formados em educação física, medicina, direito, fisioterapia. Já existem alguns, e uns 40 entraram na universidade em Marabá com cotas [raciais]. Estou capacitando meu povo para ele saber reivindicar", contou.

Ele próprio investiu no aprendizado formal. Fez um curso de treinador, em que assistiu a palestras de Felipão e Tite, para comandar o time dos Kyikatejê-Gavião.

O endereço do clube é "Aldeia Kyikatejê, sem número". Fica à beira da BR-222, em Bom Jesus do Tocantins, na zona metropolitana de Marabá, no sudeste do Pará, uma das regiões mais violentas do mundo por causa dos conflitos de terra.

O cacique calcula que cerca de 200 nativos vivem na sua aldeia. E, ao todo, aproximadamente 600 na Reserva Mãe Maria, em cinco aldeias de três etnias.

Zeca Gavião relata confrontos com invasores entre 1979 e 1986, quando foi demarcada a área dos índios.

A Companhia Vale do Rio Doce paga indenização milionária aos povos locais por causa dos danos ambientais da Estrada de Ferro Carajás, que corta a reserva.

Agora o governo federal quer construir uma hidrelétrica na região da terra indígena.

"Estamos em discussão, queremos fazer um pré-estudo. Temos várias histórias assim,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11./ 2014

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

inclusive comigo em Tucuruí, quando precisei sair de lá ainda criança por causa da usina", disse Zeca Gavião.

"Como fazer esse progresso? Como trabalhar a questão indígena? Precisa de planejamento estratégico e plano de vida para o povo indígena. No futuro vai existir indígena ou vai acabar?", discute o cacique.



Secretaria desperdiça adubos e 3t de sementes, denunciam índios em RR
SÍTIO G1/RR, 20.01.2014

Produtos de irrigação e veículos parados também são alvo de reclamações. G1 entrou em contato com governo estadual e aguarda resposta.

Por Marcelo Marques
Do G1 RR

Indígenas das etnias Wapichana, Macuxi, que ocupam o prédio da Secretaria Estadual do Índio (Sei) desde o último dia 17, denunciaram o suposto desperdício de três toneladas de sementes de feijão e milho alocados em um depósito da instituição. Ele reclamaram ainda do desaproveitamento de kits de irrigação, encontrados em um banheiro, e de veículos parados.

De acordo com Rondinele Moraes, secretário-geral da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur), os índios estão inconformados, por isso, elaboraram uma pauta com dez reivindicações com o objetivo de ser entregue ao governador José de Anchieta (PSDB).

"É um descaso total. Por isso, estamos reclamando os nossos direitos. Estamos abandonados, na questão de adubos, sementes e veículos. Essa situação é muito ruim para as nossas comunidades indígenas. Produtos que deveriam nos ajudar a trabalhar estão jogados", afirmou Rodinele.

Ele disse que representante de comunidades indígenas quando solicitam sementes ou adubo, a Secretaria do Índio afirma não ter. "Mas não é isso que percebemos. Estamos vendo a realidade e há produtos para atender a nossa demanda, pelo menos é o que vemos. Agora não sabemos o que está acontecendo aqui", ressaltou, acrescentando que as sementes de milho e feijão já estão vencidas.

Entre algumas das reivindicações listadas pelos indígenas estão um plano de trabalho na agricultura, entrega imediata dos materiais que foram comprados pela Secretaria do Índio como insumos, mudas cítricas e a disponibilidade de caminhões para atender as 278 comunidades indígenas.

"Queremos negociar com o governador [Anchieta] para atender as nossas reclamações, porque queremos mudança. Mas as informações vindas do Palácio é de que ele não vai ceder às pressões. Entretanto, vamos aguardar um posicionamento dele. Vamos ficar aqui por tempo indeterminado e estamos decidido", assegurou.

O G1 entrou em contato com assessoria de comunicação do governo estadual e aguarda um posicionamento em relação às denúncias feitas.

Alunos indígenas vão participar de Ciclo Intercultural
SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 20.01.2014



Professores e estudantes se reuniram para acertar detalhes da ação

Os ingressantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina serão recebidos no início do ano letivo de 2014, que começa dia 3 de fevereiro, com o "Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para estudantes indígenas da UEL". Os detalhes da ação foram debatidos nesta segunda-feira (20), na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) por professores e estagiários do projeto.

Com prática educativas interdisciplinares, o objetivo do Ciclo Intercultural é promover a formação acadêmica e intercultural dos estudantes indígenas que irão ingressar em cursos de graduação da UEL. E, ainda, contribuir para a afirmação, respeito e visibilidades da presença indígena no ambiente acadêmico, ao mesmo tempo em que deverá auxiliar a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes na Universidade.

Serão ofertados quatro módulos interdisciplinares: Terra e Identidade, Ciência e Saúde, Cidadania e Sustentabilidade e Cotidiano Acadêmico. Ao todo são 480 horas de aulas. A UEL será a primeira instituição do Paraná a oferecer o ciclo aos alunos indígenas. Por isso, a iniciativa vai servir de modelo para as outras Instituições de Ensino Superior do Estado (IES).

O Ciclo Intercultural foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme resolução nº 133/2013. As aulas serão no Centro de Ciências Sociais (CESA). Segundo a pró-CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11./ 2014

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

reitora em exercício, professora Maria Helena Guariente, a base dos conteúdos do Ciclo é composta por três grandes áreas, Matemática, Português e Biologia. "A proposta é oferecer uma formação mais ampla para auxiliar nas atividades acadêmicas dos alunos indígenas", ressalta.

"É um curso de informação e formação com característica interdisciplinar, cujo foco é integrar conhecimentos e fortalecer as relações interculturais", aponta a professora Maria José Nascimento, da Comissão Universidade para os Índios (CUIA). A professora destaca que o Ciclo é considerado introdutório, pois visa apoiar a adaptação dos estudantes à vida acadêmica dentro da Universidade. Ela destaca que a iniciativa conta com apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).



Brasil – Índios, Infanticídio e os “Antropólogos da morte”

SÍTIO BLOG TROCA DE IDÉIAS, 20.01.2014

Nossos índios são tão brasileiros quanto qualquer um de nós. Qual o motivo então de mantê-los isolados da civilização? Preservar a cultura integralmente? A qual custo?

A FUNAI e diversos antropólogos da morte se recusam a falar, ignoram, ou até negam a existência da “cultura” do infanticídio nem tribos indígenas no Brasil, mas a realidade é outra. Diversas tribos ainda praticam o infanticídio e os critérios vão de crianças deficientes, ou doentes até gêmeos (considerados como sinal de maldição) e filhos de mães solteiras.

Os antropólogos da morte (pois não há outro nome que possa dar a quem defende o assassinato) e multiculturalistas defendem a prática taxando-a como “apenas um traço cultural”, algo que não devemos interferir para manter a intocabilidade da cultura indígena. Muitos até negam que seja infanticídio, dizendo que não passa de mais um costume, mas esses discursos infelizes não mudam a natureza da prática. Assassinar crianças “indesejadas” é infanticídio independente da motivação, cultura, etc.

Há alguns documentários que tratam primorosamente do assunto, um do jornalista australiano Paul Raffaele e outro da jornalista brasileira (indígena) Sandra Terena. Ambos expõem o descaso com o assunto no Brasil; a omissão da própria FUNAI e das autoridades em contraste com iniciativas privadas de cidadãos preocupados e conscientes. Como de costume, o Estado não resolve nada enquanto a livre iniciativa obtém avanços dos quais o Estado tenta de apoderar como se fosse ele o “grande herói”.

Até caciques fogem de suas tribos para evitar o assassinato de seus filhos, como mostra o documentário de Sandra Terena. Outro ponto muito importante desse documentário é quando a jornalista faz os seguintes questionamentos: “Há quem diga que essa prática faz parte da nossa cultura e deve ser mantida, mas desde quando uma cultura pára no tempo? Por que a gente tem que continuar com uma prática que nos faz sofrer? Uma prática que nos deixa mal e que causa remorso! Vida não combina com morte! Será que para manter a nossa cultura viva, precisamos matar nossas crianças?”.

Exatamente, Sandra! É isso que desejam os antropólogos da morte e os supostos defensores do multiculturalismo. Querem que os índios mantenham seus costumes intocáveis mesmo que isso causa dor, sofrimento, infanticídio e a morte evitável de centenas de índios, pois não se pode dizer a eles que devem ferver a água antes de consumi-la, ora, isso agrediria seus costumes e cultura. Devemos deixar que a cultura pare no tempo e os índios morram de diarreia e doenças facilmente evitáveis e tratáveis, para atender aos anseios dos antropólogos da morte e aos multiculturalistas.

Uma mentalidade obscura e egoísta. A verdade é que esses idiotas úteis querem manter uma alegoria (mais uma) para contar em seu currículo e pousar de monopolistas das virtudes. “Veja
CONT.



só como nós não agredimos a cultura de nossos indígenas. Pobres e oprimidos, nós os deixamos isolados da civilização, morrendo de doenças já erradicadas por nós, praticando o infanticídio e na merda. Tudo para mostrarmos como somos virtuosos e defensores das minorias oprimidas pelo homem branco ocidental malvado e capitalista”.

A necessidade de pousar como virtuoso, chamar a atenção, sentir-se um grande herói é tão grande, o narcisismo é tão descontrolado que para alimentarem o próprio ego os antropólogos da morte e os multiculturalistas são capazes de qualquer coisa. Até de defender o assassinato de crianças indefesas que não pediram para nascer, mas que tem o direito à vida. Todo ser humano tem o direito à vida e isso deve ser considerado um bem maior que qualquer cultura.

Os índios podem manter o que há de bom em suas culturas como danças, culinária, ervas medicinais e canções, por exemplo, mas porque devem ser obrigados e/ou convencidos a manterem o que há de ruim? Caramba, as culturas estão em constante transformação. Quando o homem iniciou sua jornada na Terra ele não tinha os conceitos morais e éticos de hoje, mas outros que permitiam infanticídio, assassinato indiscriminado, estupros, etc. A sociedade ocidental pode não ser perfeita, como nenhuma é, porém, graças a ela temos conceitos morais e éticos que nos inibem e até impedem de estuprar, matar, agredir, etc. Obviamente há transgressores, mas esses não devem ser encorajados (como fazem os “defensores” dos Direitos Humanos) e essa noção também veio com a transformação/evolução de nossa cultura.

Se nos damos o direito de evoluir e transformar nossa cultura, então, não podemos tirar esse mesmo direito dos índios. Ou eles devem manter a cultura intocável para nos agradarem? Não devemos sacrificar os indivíduos em nome do congelamento de uma cultura. Deixemos os índios participarem da civilização e adquirirem conceitos que nos são preciosos como o que nos diz que o infanticídio é monstruoso. Os deixemos aprender com a civilização práticas que lhe serão úteis como ferver a água antes de consumir, higiene e técnicas sanitárias que evitam doenças. Os deixemos terem acesso as mesmas conquistas que nós, principalmente na área médica, tecnológica, econômica e social.

Entendo que o Brasil não é um país modelo, longe disso, temos intervencionismo diário até nas regras que devemos adotar nas partidas de sinucas com nossos amigos e como devemos ou não gastar o nosso dinheiro. Contudo, os índios não podem ser isolados de nossa sociedade, nem mesmo sobre o ridículo pretexto de preservação da cultura indígena.

O egoísmo de alguns mantém no atraso a cultura indígena, ao invés de deixá-la evoluir e se transformar como ocorreu com todas as culturas ao longo da história, algumas sofreram alterações radicais, outras nem tanto. Podemos condenar muitas práticas e ideologias de nossa cultura e de outras como o terrorismo, comunismo, nazismo, fascismo, tratamento subumano as mulheres, gays, negros, cristão e outros grupos ao redor do mundo, etc. Mas não podemos ignorar as conquistas como a medicina moderna com seus equipamentos, procedimentos, pesquisas e medicamentos que salvam milhões de vidas anualmente, ou os avanços tecnológicos que nos permitiram a obtenção da vida moderna, na comunicação, convívio social, segurança, alimentação, etc.

Não podemos negar nossas conquistas aos índios e (para piorar) fazê-los manter suas

CONT.



derrotas, ou seja, tudo que os faz sofrer, adoecer, viver mal, sentir raiva, ódio e desespero, fugir e terem mortes evitáveis. Tudo para alimentar o ego e dizer que “respeitamos e defendemos nossos índios”? Onde está o respeito se lhes negamos o convívio conosco e os tratamos como incapazes que devem se manter congelados no tempo? Eles precisam de proteção é contra esses antropólogos da morte e multiculturalistas.

Isso fica claro quando um dos diversos índios do documentário de Sandra Terena diz: “Nós temos muitos índios que recebem muita influência dos antropólogos e, como tais, eles acham que os costumes são intocáveis”. Isso inclui (também) o infanticídio, o consumo de água suja sem ferver, a recusa a qualquer contato com a medicina moderna e a inexistência de práticas sanitárias.

Na sequência aparece outro índio, que teve um filho assassinado por ser gêmeo (algumas tribos matam um e outras matam os dois), e diz: “Hoje meu pensamento não é mais como o deles, os antropólogos, que já estudou a cultura do índio. Eles falam: ‘Esses índios, deixa eles viverem assim. Essa é a cultura deles’. Não é! Porque a cultura não pára! Ela anda. O pensamento também anda igual ao da cultura. Por isso que hoje, a gente (índios que resistem aos tais antropólogos), estamos querendo criar essas crianças”.

Os próprios índios estão pedindo ajuda e querem a evolução de sua cultura. O próximo índio a fala diz o seguinte: “É necessário que alguém poderoso se levante e interfira nessas práticas da nossa cultura, que não são boas, que são prejudiciais para a pessoa humana”. Esse “alguém” não é um messias salvador, como gostam de pintar idiotas úteis de toda parte, mas a própria sociedade; somos nós que devemos nos levantar e dar um basta na influência desses antropólogos da morte e dos multiculturalistas e rejeitar seus discursos. Rejeitá-los e lutar contra essa corja instalada no poder, na FUNAI, em diversos órgãos, no legislativo, no executivo, no judiciário e ao nosso redor. Seja denunciando, em manifestações, nas ruas, de casa, onde for. Devemos deixar de lado a indiferença com os rumos do nosso país e ajudar nossa própria cultura a evoluir.



Tribos de recente contato terão ações e plano com foco na saúde

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.01.2014

Anúncio foi feito durante visita do ministro Alexandre Padilha à tribo Zo'é no Pará

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visitou esta segunda-feira (20) a tribo Zo'é, de recente contato, em Óbidos, no Pará. Durante o encontro, o ministro assinou portaria que estabelece novas estratégias de ações em saúde para os povos indígenas isolados e de recente contato, além da criação de um Plano de Contingência da Saúde para situações de contato e surtos epidêmicos. Além do anúncio, Padilha também entregou à comunidade um novo consultório odontológico, a climatização da área de atendimento médico instalada na aldeia e anuncia a aquisição de um gerador exclusivo para a unidade de saúde instalada na aldeia.

"No final dos 90, conheci os Zo'é. A época, doenças como a malária e a pneumonia quase dizimava este povo isolado. Hoje, além de salvá-los, eles são mais numerosos e mais saudáveis. Tanto tempo depois, volto ao Zo'é, junto com a presidente da Funai, como marco para transformarmos em regra nacional para índios isolados o trabalho feito aqui", disse o ministro se referindo à portaria. Ele fez questão de lembrar o trabalho desenvolvido pela Universidade de São Paulo com a tribo.

No modelo proposto pela portaria prevê uma intervenção mínima, apenas o necessário para prevenir doenças ou para promover intervenções sanitárias de emergência. Os detalhes da execução dessa atenção serão definidos por um Grupo de Trabalho a ser composto por membros da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e da Funai. Atualmente 104 registros indicam a possibilidade da existência de povos isolados, sendo 26 confirmados.

O povo Zo'é tem, atualmente, população de 254 indígenas que habitam 11 aldeias. Para atender a comunidade, o Ministério instalou uma unidade de saúde dentro da aldeia com capacidade de realizar até procedimentos cirúrgicos sem a necessidade de transferir os pacientes para hospitais da rede do SUS. Nos últimos 10 anos, foi registrado um óbito de criança menor de um ano. Os Zo'é também não apresentam casos de diabetes, hipertensão, anemia ou doenças sexualmente transmissíveis.

Em todo o Brasil, cerca de 640 mil indígenas habitantes de aldeias em terras demarcadas recebem os cuidados da atenção básica do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai. Mais de 15 mil profissionais compõem as equipes multidisciplinares de saúde indígena que visitam periodicamente aldeias em todo o Brasil. Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos, psicólogos, nutricionistas, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento são responsáveis pelo atendimento aos indígenas.

Sesai

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11./ 2014

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena é a área do Ministério da Saúde criada para coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – em todo o Território Nacional. Fruto de uma diretriz definida na 1ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 1986, a Sesai foi criada em 2010 e tem como missão principal a gestão da saúde indígena.

Desde 2011, os recursos orçamentários da Sesai aumentaram 92%, passou de R\$ 479 milhões para R\$ 920 milhões em 2013. Entre os gastos na área, o Ministério da Saúde tem investido em obras de 11 Sesais, três Polos Base e 11 Postos de Saúde. Em 2013, foram aprovados projetos para reforma, ampliação e construção de outros 17 postos de saúde.

Outro importante investimento para atender aos indígenas nas áreas de difícil acesso foi na reestruturação do setor de transporte. Ao todo, os investimentos no setor superaram R\$ 320 milhões, incluindo a compra de veículos, barcos, contratação de horas voo, além dos contratos de locação de veículos. Só em veículos, o investimento é de R\$ 168 milhões, o que inclui a compra de 404 picapes, 78 automóveis de passeio, 21 caminhões e 27 micro-ônibus, além de contratos de locação em 31 dos 34 DSEIs.

Para ajudar a gerenciar e coordenar as ações regionalmente, a Sesai conta com 34 DSEI, 354 Polos Bases, 68 Casas de Saúde Indígena (Casai) e 751 Postos de Saúde. As Casai ficam em municípios de referência dos distritos e é um estabelecimento de cuidados de enfermagem de apoio aos pacientes encaminhados à rede do SUS para tratamento. Fornece alojamento e alimentação para pacientes e acompanhantes e é responsável por marcar e acompanhar os indígenas em consultas, exames complementares ou internação hospitalar.

Fonte:
Ministério da Saúde



PF investiga arrendamento de terras indígenas demarcadas no RS

SÍTIO G1, 20.01.2014

*Índios recebiam alimentos como pagamento pelo arrendamento das terras.
Cacique nega arrendamentos e diz que existiam parcerias com os brancos.*

Há anos, um embate acompanha a vida de índios e agricultores no Norte do Rio Grande do Sul. No total, 45 mil hectares de terras são disputadas em cidades gaúchas, o que equivale a aproximadamente 45 mil campos de futebol. Entretanto, de acordo com um procurador do estado, a demarcação está sendo motivada na busca para mais terras para arrendamento e não para atender a princípios que a Constituição estabelece, como mostra a reportagem do Teledomingo, da RBS TV.

As denúncias sobre arrendamento de terras indígenas, que é proibido por lei, foram feitas pelo procurador Rodinei Candeia ao Ministério da Justiça. Segundo ele, a prática é comum. "É uma prática generalizada. As áreas onde não há arrendamento é que são a exceção", diz.

A Polícia Federal de Passo Fundo, da Região Norte do estado, investiga o esquema. "Os índios reivindicam diversas áreas de terras que de uma forma direta ou indireta afeta os agricultores e aí chega ao contraponto de existir essas questões relacionadas a arrendamento, que é crime. Então, nós temos a obrigação maior ainda de nos atermos a esses fatos", explica o delegado Mauro Vinicius Soares de Moraes.

Na última semana, uma índia, considerada importante testemunha, prestou depoimento à Polícia Federal e contou que os índios recebiam alimentos como pagamento pelo arrendamento das terras. O procurador da república Ricardo Gralha Massia confirma a acusação da mulher. "Isso acaba acarretando um prejuízo para a comunidade, especialmente porque muitas formas de arrendamento que ocorrem estão relacionadas a submissão dos indígenas", conta Massia.

Quatro agricultores e um índio de Cacique Double, na Região Norte do RS, são acusados de envolvimento em arrendamento de terras em uma aldeia da cidade. O crime é de usurpação de bens da união, com penas que podem chegar a cinco anos de prisão. O cacique Valdir Ranke, que está entre os acusados, nega os arrendamentos e diz que existiam parcerias com os brancos.

Segundo o Ministério Público Federal, os acordos de parceira dão aparência de legalidade aos negócios clandestinos. "Esses contratos de parcerias são, em verdade, uma maneira de burlar a vedação ao arrendamento", explica.

O procurador jurídico da Funai em Passo Fundo garante que o órgão combate os arrendamentos e diz que esse de contrato é ilegal. "É importante esclarecer para a sociedade que a Funai é contra arrendamento, entende que a área é disponibilizada à comunidade indígena para que ela faça usufruto e não ceda para particulares", explica Marcelo Zeni.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11./ 2014

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

Entenda o conflito

Em 2004, um grupo de índios, que vivia em uma aldeia em Cacique Doble, na Região Norte do Rio Grande do Sul, acampou em terras de agricultores. Segundo eles, essas terras pertenciam aos ancestrais guaranis. A Fundação Nacional do Índio, Funai, analisa a área para possível demarcação. Na Região Norte do Rio Grande do Sul, 320 famílias vivem em uma área de mais de 4 mil hectares, plantando milho, trigo, erva-mate e eucalipto. Entretanto, elas não sabem até quando vão permanecer no local.



Prefeitura discute melhorias para saúde indígena

SÍTIO BBC NEWS, 20.01.2014

A Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Saúde promoveu nesta quinta-feira uma reunião no plenarinho da Câmara de Vereadores com lideranças indígenas e entidades representativas dos índios, para discutir melhorias para a saúde indígena. A intenção é alinhar as ações com os demais órgãos e conselhos ligados ao tema, deixando definido o papel de cada ente na prestação de serviços da saúde na Reserva Indígena de Dourados.

Na ocasião, ficou estabelecida a proposta de criar uma comissão que inclui representantes da Secretaria de Saúde, Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), Conselho Local da Sesai, Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas da prefeitura; Conselho Distrital de Saúde Indígena e lideranças das aldeias Jaguapiru Bororó.

Outra reunião para montar o grupo e dar continuidade às discussões está prevista para terça-feira (21), na sede da secretaria. Na oportunidade, serão apresentados alguns dos pontos que precisam ser mais bem conduzidos.

“Nós precisamos definir melhor as competências e ampliar o controle do que é realizado pela prefeitura e pela Sesai nas aldeias”, afirmou Marcio Figueiredo, secretário adjunto de Saúde. “Através dessa união que vamos conseguir avanços nessa área”, complementou.

O secretário destacou que os debates são mérito dos movimentos representativos dos índios que fomentam as discussões, e do prefeito Murilo que tem afinidade com a questão indígena. “É essa união que vai promover mudanças e melhorar os serviços para as comunidades indígenas”, acrescentou.



Estado tem novos professores indígenas

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 20.01.2014

A formatura da primeira turma de professores indígenas em nível superior, com 49 formandos, ocorrida neste sábado, 18, no Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, representa um momento histórico na luta dos povos indígenas, na educação indígena do estado e tem um significado especial para a Universidade Federal do Acre (Ufac). Além da cerimônia oficial, os indígenas, com seus trajes tradicionais, deram um toque todo especial e colorido à festa, realizando uma roda de mariri. Até caçuma foi distribuída à vontade. Participaram da solenidade o reitor da Ufac, Minoru Kimpara, e o secretário de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis Edvaldo Magalhães, e do diretor da Assessoria Indígena, Marcelo Piedrafita, representando o governador Tião Viana.

Os formandos se dividem em três licenciaturas especiais – Ciências Sociais e Humanidades, Ciências da Natureza, Linguagem e Artes – e todos continuarão atuando em suas aldeias. Huni Kuin, Ashaninka, Yawanawa, Shawãdava, Shanenawa, Jaminawa, Manchineri, Marubo, Nukini e Puyanawa são os oito povos dos quais eles fazem parte.

A história da educação indígena no estado começa em 1983, por meio da Comissão Pró- Índio. No governo de Jorge Viana, a Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE) assumiu o setor. Em 2008, finalmente, surge o primeiro curso de formação superior por intermédio de convênio entre a Ufac e o governo do Estado.

Segundo a coordenadora da Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac), Francisca Arara, existem 443 professores indígenas no Acre. Destes 110 são licenciados e um faz doutorado em Brasília. Para a coordenadora, a formatura dos 49 professores é uma conquista muito grande e outras turmas virão, para ensinar a viver num mundo de sustentabilidade. “Para nós, sustentabilidade é ter terra demarcada, água, floresta, viver em harmonia, estar nas aldeias ministrando nossas aulas, fazendo nossas pesquisas, valorizando nossa cultura”, comenta Francisca.



Ministros discutem hoje como atender chantagem dos índios Tenharim

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 20.01.2014

Os ministros da Justiça, da Defesa, do Meio Ambiente, entre outros, discutem nesta segunda-feira (20), em Brasília, alternativas exigidas pelos índios tenharim e jiahui em substituição a cobrança de pedágio ilegal na rodovia Transamazônica, no sul do Amazonas.

O impasse é que os índios querem uma solução imediata para suprir a perda de arrecadação das tribos com a interrupção do pedágio e ameaçam bloquear a rodovia BR 230, apesar da presença da Polícia Federal e do Exército no local.

A cobrança de taxas aos motoristas é um dos motivos do conflito que se estabeleceu no sul do Amazonas há mais de um mês cujo estopim foram as ilações do coordenador local da Funai, Ivam Bocchini, sobre a morte por assassinato do cacique Ivã Tenharim. Para a polícia, o cacique morreu em um acidente de moto, mas as ilações do de Bocchini, que foi exonerado por ordem da Presidente da República, revoltaram os índios e parecem ter sequestrado três homens sem etnia em represália à morte do cacique. A atitude dos índios provocou uma revolta popular em Humaitá que resultou na destruição do prédio e dos veículos da Funai no local.

A região está ocupada por uma força-tarefa federal e estadual composto de 700 militares. Até agora não há sinal dos três homens.

Segundo a Coordenação, na aldeia Marmelos os índios tenharim prometeram não retornar com a cobrança do pedágio no dia 1º de fevereiro. Também disseram que vão aguardar a reunião com os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Celso Amorim (Defesa) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente). O resultado das discussões dos ministros sobre a compensação será apresentado aos índios até o dia 30 de janeiro na reserva.

O líder Aurélio Tenharim confirmou em entrevista a um portal de jornalismo indigenista que os tenharim e jiahui aguardam uma posição do governo federal até o dia 30 de janeiro. Mas, não desistiram do retorno da cobrança do pedágio. Também querem a presença do ministro José Eduardo Cardozo na reserva para discutir uma compensação imediata para suprir a arrecadação. "Queremos uma compensação urgente. Eles têm 15 dias para agendar a vinda do ministro. Caso não venha, a gente vai colocar a madeira para bloquear a estrada", afirmou.

Aurélio Tenharim afirmou que um grupo de cacique foi convidado para participar da reunião com os ministro em Brasília, mas não aceitaram. Ele disse que os tenharim (962 pessoas) e jiahui (98) estão dentro das aldeias, sitiados, desde a revolta popular, no dia 25 de dezembro. Casas e postos de pedágios foram destruídos dentro da reserva por populares.

"O governo quer fazer com a gente o que fez com os munduruku. Levaram um grupo dentro do avião para reunião em Brasília e não resolveram nada", afirmou Aurélio Tenharim citando a viagem de 150 índios munduruku em um avião da FAB a convite de , Gilberto Carvalho, titular

CONT.



da Secretaria-Geral da presidência que pôs fim uma ocupação no canteiro de obras da Usina de Belo Monte, no Pará. Carvalho tirou os índios que impediam a obra de Belo Monte e trouxe para Brasília.

Os ministros vão discutir de atender as chantagens dos índios tenharim e jiahui dentro das políticas públicas existentes. Nestas alternativas, o Bolsa Família não estaria inserido como compensação, já que muitas famílias de índios já são participantes do programa, faltando apenas uma cobertura completa para beneficiar os 1060 indígenas. Os índios da etnia parintintin podem ser também beneficiados.

A Coordenação-geral de Movimento do Campo e Territórios disse que os representantes que dialogaram com os índios tenharim deixaram claro que não existe um programa do governo federal que substitua, de forma imediata, a arrecadação dos pedágios nos mesmos valores informados pelos índios.

Desde 2006, os tenharim e jiahui cobram pedágio ilegal aos motoristas das cidades de Apuí, Manicoré e Humaitá, que são interligadas por via terrestre por um trecho da BR 230, que fica dentro da reserva indígena Tanharim-Marmelos de 497, 5 mil hectares. As taxas variam de R\$ 10 para motocicletas até R\$ 150 para carretas. Os índios afirma que o dinheiro é dividido em 13 aldeias.

Inicialmente, os tenharim afirmaram que a arrecadação mensal com a cobrança de pedágios era de R\$ 35 mil. Mas há declarações do cacique Aurélio Tenharim de que o valor arrecadado chegaria a R\$ 91 mil. "De 15 a 20 dias arrecadamos R\$ 40 mil em Humaitá, R\$ 50 mil em Manicoré e R\$ 1 mil na rodovia do Estanho", afirmou o líder.

O advogado Carlos Evaldo Terrinha de Souza, que representa as famílias dos três rapazes desaparecidos, disse que ingressou com uma ação contra o pedágio ilegal em 2006, mas a Justiça Federal do Amazonas arquivou o processo. "Esse pedágio foi uma tragédia anunciada. Como esses índios sobreviveram antes de 2006? Eles viviam do extrativismo. Infelizmente hoje os índios não querem mais trabalhar no mato", afirmou.

Exposição revela o pensamento de indígenas sobre as tecnologias que consomem o mundo

SÍTIO CORREIOWEB, 21.01.2014

O público conhecerá o mundo que envolve a cultura e tecnologia, a partir da visão dos próprios índios



Exposição segue até 2 de fevereiro, todos os dias da semana, das 9h às 18h

A Casa da Cultura da América Latina na UnB recebe até 2 de fevereiro, a mostra iMira!. São pinturas, desenhos, cerâmicas, vídeos e fotografias sobre os modos indígena, dividida entre Brasil, Bolívia, Perú, Colômbia e Equador.

O vasto acervo traz a ligação do mundo antigo com as mudanças tecnológicas dos dias de hoje. O projeto que ganhou vida no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, segue em exposição durante todos os dias da semana, das 9h às 18h.

iMira! – Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas é composta por mais de 100 obras artísticas, de diferentes etnias, desenvolvidas por índios, escultores, comunicadores e artistas da área. O público poderá conhecer o mundo que envolve a cultura e tecnologia, a partir da visão dos próprios índios. A entrada é gratuita e a classificação indicativa livre. Informações: 3321-5811.



Indígenas estão voltando para suas comunidades, afirma coordenador

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 21.01.2014

O coordenador do CIR, Mário Nicácio, afirmou que, ao contrário do que foi denunciado, depois da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, muitos índios que haviam saído das comunidades estão voltando para cuidar da terra e criar gado.

“Com os benefícios que estão chegando às comunidades, como o Luz para Todos, e a oportunidade de criar gado e cuidar da terra têm feito com que muitos índios voltem para a sua comunidade. E isso mostra que não existe pressão. Mas não podemos segurar o índio e se ele quiser sair e ir para a cidade, não prendemos, é um direito dele morar ou não na comunidade”, frisou.

Perguntado a respeito do porquê de índios saírem de suas comunidades para morar nas cidades, ele disse que a violência e a falta de perspectivas foram as causas apontadas num relatório elaborado por eles no ano passado. “Muitos, em especial da Raposa Serra do Sol, estavam acostumados a trabalhar nas fazendas dos brancos e achavam que não poderiam continuar o trabalho. E isso fez com que fossem para as cidades. E outros que não encontram infraestrutura, como escolas e estradas e a falta de políticas públicas pelos municípios, Estado e o Governo Federal que estão omissos e abandonaram as comunidades indígenas”, disse. “Mas, aos poucos, estão vendo que podem voltar para suas comunidades e para trabalhar na criação de gado”. (RR)



Carta Nacional da CONAQ Contra Os Ataques a Quilombolas em Minas Gerais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.01.2014



A CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – vem, por meio desta, cobrar da justiça e do estado Brasileiro uma resposta rápida e punição severa aos envolvidos no ataque à comunidade quilombola Brejo do Arapuim, na Zona Rural de Verdelândia, Minas Gerais. O ataque foi realizado na tarde de domingo, por volta de 14h. Os quilombolas foram surpreendidos por 10 homens encapuzados e fortemente armados, que chegaram em uma Toyota Hilux e uma Mitsubishi L200. Eles mandaram as pessoas deitarem no chão, atiraram e distribuíram pancadas. Os homens ainda roubaram dinheiro e celulares dos membros da comunidade e fugiram nos veículos, deixando duas pessoas baleadas e várias outras feridas.

Ataques como este em Minas Gerais fazem parte de um leque de inúmeros casos de violências contra lideranças quilombolas no Brasil. Casos como o acontecido nas últimas férias de final de ano na Bahia, onde lideranças quilombolas de Rio dos Macacos foram agredidas e torturadas por soldados da Marinha e que até o presente momento não foram apurados e punidos os envolvidos, são cada vez mais constantes. Tememos a não punição dos envolvidos, pois com o aumento das ameaças e a sensação de insegurança aos direitos constitucionais de acesso à terra, os quilombolas vêm sofrendo vários ataques nos últimos períodos. Direitos estes que são ameaçados diariamente por setores conservadores da sociedade Brasileira e pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

Garantir terra aos quilombolas é reconhecer o direito à cidadania desta parcela da população Brasileira que ainda vive a mercê das balas dos “Coronéis” e não sob proteção do estado Brasileiro.

A CONAQ e todos os quilombolas do país cobram justiça e agilidade nos processos de demarcação de terras para evitar massacres como este ocorrido em Minas Gerais.



Ufac em Cruzeiro forma a 1ª turma de professores indígenas

SÍTIO JORNAL A TRIBUNA, 21.01.2014

A formatura da primeira turma de professores indígenas em nível superior, com 49 formandos, ocorrida no último sábado, (dia 18), no Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, representa um momento histórico na luta dos povos indígenas, na educação indígena do estado e tem um significado especial para a Universidade Federal do Acre (Ufac). Além da cerimônia oficial, os indígenas, com seus trajes tradicionais, deram um toque todo especial e colorido à festa, realizando uma roda de mariri.

Até caixuma foi distribuída à vontade. Participaram da solenidade o reitor da Ufac, Minoru Kimpara, e o secretário de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis Edvaldo Magalhães, e do diretor da Assessoria Indígena, Marcelo Piedrafita, representando o governador Tião Viana. Os formandos se dividem em três licenciaturas especiais – Ciências Sociais e Humanidades, Ciências da Natureza, Linguagem e Artes – e todos continuarão atuando em suas aldeias. Huni Kuin, Ashaninka, Yawanawa, Shawãdava, Shanenawa, Jaminawa, Manchineri, Marubo, Nukini e Puyanawa são os oito povos dos quais eles fazem parte.

A história da educação indígena no estado começa em 1983, por meio da Comissão Pró- Índio. No governo de Jorge Viana, a Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE) assumiu o setor. Em 2008, finalmente, surge o primeiro curso de formação superior por intermédio de convênio entre a Ufac e o governo do Estado.

Segundo a coordenadora da Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac), Francisca Arara, existem 443 professores indígenas no Acre. Destes 110 são licenciados e um faz doutorado em Brasília. Para a coordenadora, a formatura dos 49 professores é uma conquista muito grande e outras turmas virão, para ensinar a viver num mundo de sustentabilidade. “Para nós, sustentabilidade é ter terra demarcada, água, floresta, viver em harmonia, estar nas aldeias ministrando nossas aulas, fazendo nossas pesquisas, valorizando nossa cultura”, comenta Francisca.

A coordenadora do curso, Valquíria Garrote, disse que um dos maiores desafios da turma foi ter que deixar suas aldeias duas vezes, além do contato, em si, com a universidade. Ela adianta que a Ufac já está trabalhando para implantar uma nova turma. “A demanda existe”, disse.



Arrendamento de terras: para procurador, está se criando no Brasil uma elite indígena

SÍTIO RÁDIO UIRAPURÚ, 21.01.2014

A Polícia Federal segue com as investigações em torno de uma denúncia de arrendamento de terras demarcadas para a reserva indígena em Cacique Doble. Segundo a denúncia do procurador do estado Rodinei Candeia, o arrendamento se tornou uma prática corriqueira nas reservas, devido à falta de gestão sobre essas áreas. Candeia frisa que o arrendamento não é problema exclusivo de Cacique Doble, pois existe há mais de 15 anos em praticamente todas as áreas demarcadas.

Conforme o procurador, ainda vivemos no Brasil uma política romântica de que os indígenas deveriam viver no estado natural, em meio às florestas, algo que segundo Candeia não existe mais. O procurador destaca que é preciso dar condições para os índios como brasileiros, de viverem plenamente e escolherem seus destinos. Conforme Candeia, no caso dos arrendamentos são dois problemas a serem resolvidos: um é a usurpação de bens públicos e outro é a busca incessante de novas áreas que em teoria seriam para reservas indígenas, mas na prática serão arrendadas criando uma elite indígena.

O deputado federal do Partido Progressista, Luis Carlos Heinze, acompanha os processos de demarcações de terras indígenas. Segundo ele, o caso de Cacique Doble é apenas um, mas existem outros tantos no Rio Grande do Sul e em outros estados. Um triste exemplo de arrendamento está em Rondônia onde, conforme Heinze, se extrai diamantes, mas a maior parte dos indígenas vive na miséria.....

Atualmente são 45 mil hectares de terra em disputa entre indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul. O crime de arrendamento de terras federais é classificado como usurpação de bens da união, com penas que podem chegar a cinco anos de prisão.



Ocupação da sede da Funai está prejudicando comunidades indígenas do Am, diz Coiab

SÍTIO REDE TIRADENTES, 21.01.2014

A representação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia da Brasileira (Coiab), no estado do Amazonas, decidiu ir ao Ministério da Justiça (MJ) e também à direção nacional da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, tentar intermediar uma saída para a situação de conflito enfrentada pelos índios da etnia Tenharim, que vivem às margens da BR 230 – a rodovia federal Transamazônica, município de Humaitá, na região Sul do Estado, e também a retomada da sede da Funai, em Manaus, que está ocupada por indígenas há mais de dois meses.

O coordenador da Coiab, João Neves, disse que a decisão foi tomada em conjunto, por todas as lideranças indígenas do estado.

Em relação à ocupação da sede da Funai, em Manaus, o coordenador da Coiab afirmou que todas lideranças indígenas são contrárias ao ato, que, segundo ele, é unilateral – de apenas uma etnia – e que está prejudicando a maioria dos indígenas do Estado, principalmente, os que estão no interior e que, por conta do fechamento da Funai em Manaus estão sem ter acesso aos benefícios que eles têm direito.

Em relação à situação do povo Tenharim, que vive situação de conflito com a população de não índios do município de Humaitá, o coordenador da Coiab disse que a entidade vai encaminhar um documento de apoio formal das organizações indígenas brasileiras aos Tenharim e também ao Ministério Público Federal (MPF), em apoio às ações que o órgão vem empreendendo em defesa dos direitos da etnia.



Quilombolas feridos em conflito em Verdelândia continuam internados

SÍTIO G1, 21.01.2014

*Um dos atingidos está em Montes Claros e o outro continua em Janaúba.
Homens encapuzados e armados disseram que eram policiais.*

Dois quilombolas atingidos por tiros, no atentado na fazenda da Torta em Verdelândia (MG), neste domingo (19), ainda continuam internados. Um deles teve que ser transferido para Montes Claros (MG). O outro é Gustavo Santos que foi atingido por um disparo na barriga.

"Eles chegaram em dois carros, estavam encapuzados e armados e disseram que era da polícia. Eles atiraram em quem tentou correr, nos que deitaram no chão, bateram na cabeça", conta uma moradora da fazenda.

Dinalva Prates, que também estava na fazenda, disse que a disputa pela terra é antiga. Os quilombolas ficaram por quatro anos no local e saíram, até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tomasse uma providência definitiva. No início de 2014, após reuniões com representantes da classe, e no sábado,(18) as famílias retornaram para a propriedade.

"Quando nós saímos ele [o proprietário] colocou fogo nas nossas casas, queimou eletrodomésticos e acabou com as nossas plantações. Tenho medo de voltar, nem se o Incra demarcar, não sei se volto."

Uma equipe de policiais civis de Belo Horizonte esteve na fazenda Torta na manhã desta segunda (20). A Polícia Militar também percorreu a área. O major da PM, João Nascimento fala que a região tem um histórico de conflitos agrários, mas que as ocorrências já registradas são de assentados que agrediram funcionários das propriedades.

"Estamos reforçando o policiamento na tentativa de localizarmos os suspeitos e evitar novos conflitos. temos alguns suspeitos, mas estamos mantendo sigilo para que a Polícia Civil possa localizá-los e prendê-los."

O proprietário da fazenda não foi localizado para comentar sobre o assunto.



Polícia Civil apura agressão a tiros contra 35 famílias quilombolas em Verdelândia
SÍTIO EM, 21.01.2014

Duas pessoas foram feridas, sendo que uma delas está internada em estado grave na Santa Casa de Montes Claros

Luiz Ribeiro

As polícias Militar e Civil de Janaúba (Norte de Minas) estão empenhadas na tentativa de localizar e prender os integrantes de um grupo armado que, na tarde de domingo, invadiu a Fazenda Torto, no município de Verdelândia (na mesma região), agrediu e expulsou integrantes de 35 famílias de trabalhadores sem-terra, integradas por quilombolas (remanescentes de escravos), que, na véspera, tinham invadido a área. Duas pessoas foram feridas a tiros, sendo que uma delas está internada em estado grave na Santa Casa de Montes Claros e outra continua internada no Hospital Regional de Janaúba –sem correr risco.

Na noite dessa segunda-feira, a PM informou que recebeu informações de que um dos envolvidos no ataque e expulsão dos sem-terra seria um homem conhecido por Joãozinho, filho do proprietário da fazenda, identificado como João Dias. Joãozinho continua foragido.

De acordo com informações da PM, as famílias tiveram que sair às pressas depois que um grupo de cerca de 10 a 12 homens encapuzados chegou ao local e começou a atirar e agredir os ocupantes. A mesma fazenda já tinha sido ocupada anteriormente pelos quilombolas, que, há anos, trava luta contra fazendeiros da região por causa da terras que alegam terem direito da ocupação. A área fica distante 10 quilômetros da sede urbana de Verdelândia – de 8,2 mil habitantes, a 560 quilômetros de Belo Horizonte.

Testemunhas disseram para à PM que os homens encapuzados chegaram na fazenda em dois veículos – uma caminhonete e um carro de passeio. Uma mulher que estava na área contou que os homens disseram que “eram da policia”. Segundo a PM, eles usavam carabinas, revólveres e pistolas. Assim que entraram na propriedade, começaram a atirar e passaram a agredir os quilombolas, que, amedrontados, saíram correndo do local. Os sem-terra disseram que tiveram também dinheiro, celulares e outros pertences levados pelos homens armados. A PM informou ainda que, devido ao medo provocado pelo grupo armado, ontem, não havia mais ninguém na fazenda invadida no fim de semana.



Universidade Federal de Rondônia propõe acolher indígenas Tenharim

SÍTIO FOLHA DE VILHENA, 21.01.2014

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) quer acolher 15 indígenas universitários do povo Tenharim. O motivo, de acordo com o professor da Unir, Vinícius Miguel Raduan, é o fato deles encontrarem dificuldades para concluir os estudos no Sul do Amazonas. A região viveu dias tensos depois do sumiço de três homens na BR-230 (Transamazônica) próximo à Reserva Indígena Tenharim.

A iniciativa é resultado da 'Missão Tenharim' nas aldeias em Humaitá (distante a 700 quilômetros de Manaus). Três professores da Unir e uma acadêmica participaram da comissão que passou quatro dias na cidade, de 7 a 11 de janeiro, e visitou as 13 aldeias da reserva.

O professor revela que o acolhimento foi um pedido dos próprios indígenas. "Eles têm direito a educação, os estudantes são da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA)", afirma.

Representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério Público Federal (MPF) e a reitoria da Unir reuniram-se na última quarta-feira (15) para tratar sobre a transferência dos indígenas para a Universidade de Rondônia.

Raduan explica que o processo é complicado. "Não basta somente recebê-los, temos que oferecer uma estrutura de bolsa, um local para morarem. A Unir não tem um restaurante público, e precisamos viabilizar tudo isso", afirma. As demandas serão apresentadas para o Ministério da Justiça e da Educação. "Tem estudante que já está no penúltimo, último ano", conta o professor.

Relatório

O professor revela que além de apresentar o pedido dos indígenas universitários, a 'Missão Tenharim' está concluindo o relatório da situação dos indígenas em Humaitá e encaminhar para Organização dos Estados Americanos (OEA). No relatório parcial da 'Missão Tenharim' consta a situação de isolamento social, territorial e implicações psicológicas que os indígenas estão passando, inclusive com perseguições e ameaças. Além da falta de alimentação, de medicamentos e assistência médica.

Raduan comemora avanços já conquistados para o povo Tenharim. "O Distrito de Saúde Indígena encaminhou uma equipe médica para as aldeias, além disso o Ministério Público Federal Amazonas e o de Rondônia estão trabalhando em conjunto", explicou.

Por: Vanessa Moura



Projetos do MMA em terras indígenas iniciam fase de execução

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 21.01.2014

Os projetos dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas que foram contemplados com financiamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) começam a ser executados. "A contratação das entidades que propuseram os projetos está sendo concluída esta semana", explica o analista ambiental e assessor técnico do Departamento de Extrativismo do MMA, Jânio Coutinho. A chamada pública para envio dos projetos se encerrou em 14 de junho de 2013.

Foram selecionados 16 projetos em oito estados diferentes da Amazônia Legal: Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rondônia, Pará e Maranhão. Juntos, totalizam um investimento do governo Federal de R\$ 6,5 milhões, sendo que, destes, R\$ 4,7 milhões são recursos do programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), do MMA, que conta com verba da Cooperação Internacional com o governo da Alemanha. De outro lado, R\$ 1,8 milhão são de contrapartida das organizações proponentes (recursos humanos, materiais de infraestrutura física ou equipamentos).

Sustentabilidade - O PDPI é uma experiência exitosa do Ministério do Meio Ambiente que já apoiou 191 projetos indígenas em toda a Amazônia Legal, totalizando um investimento de mais de R\$ 35 milhões. "A grande maioria destes projetos significaram a criação de atividades produtivas e sustentáveis nas terras indígenas", explica Coutinho.

Um exemplo de projeto em terra indígena apoiado pelo MMA e executado em 2012 é o Projeto Yrupema de Etnodesenvolvimento Paritintin, recentemente visitado pela equipe da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do ministério. Lá, os índios construíram unidades produtivas de farinha de mandioca, castanha e açaí, o que proporciona a sobrevivência econômica da aldeia. Com o dinheiro recebido, os indígenas também compraram veículos para o transporte dos produtos derivados do agroextrativismo. A Terra Indígena Partintintin fica no município de Humaitá, no sul do estado do Amazonas.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída por meio do Decreto nº 7.747, de 2012, tem o objetivo de promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. Além disso, procura assegurar a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural. (Fonte: MMA)



Incra cadastra 14 famílias para desocupar terra indígena no Amazônia

SÍTIO CLICK SERGIPE, 21.01.2014

Brasília – Catorze famílias que foram notificadas para desocuparem a Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, fizeram cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O objetivo delas é serem reassentadas pelo governo, caso sejam comprovadas as condições para tal. Desde o início do ano foi iniciado processo de desintrusão (ato ou efeito de retirar de imóvel quem dele se apossou sem autorização do proprietário) das famílias que moram ou têm comércios no local.

A entrega das notificações aos moradores da área começou na última quarta-feira (15). De acordo com o Incra, 187 pessoas receberam os documentos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que ontem (19) terminou a entrega pela região sul da terra indígena. A estimativa da Justiça é que haja entre 300 e 500 ocupações no território, que tem área total de 116 mil hectares (um hectare corresponde, aproximadamente, a um campo de futebol).

A partir do momento em que receberem a notificação, os moradores têm 40 dias para retirar seus pertences e saírem da terra de forma voluntária. A região compreende os municípios maranhenses de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru.

Para o superintendente regional do Incra, José Inácio Sodré Rodrigues, há área disponível para realocar as famílias que se cadastraram para o reassentamento e para receberem políticas sociais do governo. “Hoje, segundo nosso levantamento, concretamente nós temos área suficiente para atender às famílias cadastradas”, disse.

Só serão reassentados os pequenos produtores que atenderem aos critérios de reforma agrária definidos pelo Incra. Não podem ser beneficiários, por exemplo, agricultores e posseiros que têm renda de atividades não agrícola superior a três salários mínimos, além de proprietários de grandes áreas. A estratégia do Incra é reassentar as famílias à medida em que forem notificadas.

O Incra trabalha para adquirir terras por meio de um edital lançado em dezembro de 2013. Segundo o superintendente, duas propostas de venda de terras foram feitas ao instituto. “A nossa equipe está avaliando para que a gente possa fazer a compra. Nos próximos 20 ou 30 dias, no máximo a avaliação deve estar concluída e a negociação avançada”, disse.

Outras possibilidades de adquirir áreas para reassentarem pequenos trabalhadores rurais com as quais o Incra trabalha são a revisão ocupacional de assentamentos que estejam desocupados, a regularização de áreas públicas e novos assentamentos em áreas decretadas pela presidenta Dilma Rousseff.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 11./ 2014

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

O juiz responsável pela ação, José Carlos do Vale Madeira, disse que o instituto deve discriminar, nos próximos dias, as medidas que estão sendo tomadas para o reassentamento dos produtores rurais.



Dnit libera recursos para compensação indígena na BR- 156

SÍTIO MZ PORTAL, 21.01.2014

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) aprovou na semana passada o aditivo financeiro, de quase 20 milhões de reais, para que a Secretaria de Transportes (Setrap) faça as compensações e realocação das áreas indígenas que estão no entorno da BR-156 trecho Norte. Os índios serão contemplados com uma serie de benefícios como posto de saúde, centro comunitário, igreja, escola, quadro de esporte, geradores dentre outros benefícios.

Os índios serão contemplados com uma serie de benefícios como posto de saúde, centro comunitário, igreja, escola, quadro de esporte, geradores dentre outros benefícios.

Para o secretário Bruno Mineiro, atender as exigências das comunidades indígenas vai sanar os impasses e dar celeridade nas obras de pavimentação. "O Dnit já esta liberando estes quase 20 milhões e já vamos iniciar o processo licitatório, com isso a comunidade indígena receberá benefícios e as obras vão ser aceleradas", comentou o secretário, que esteve em Brasília acertando alguns detalhes para que o recurso já entre na conta da Setrap ainda em janeiro.

As obras da BR foram divididas pelo Governo do Estado em três trechos. A primeira etapa, que vai de Calçoene à Vila do Carnot, totaliza asfaltamento de 56 quilômetros. O valor inicial dos serviços é de R\$ 74,7 milhões. A segunda etapa começa na Vila do Carnot e termina próximo ao Rio Cassiporé, totalizando 54 quilômetros, com um valor orçado em R\$ 105 milhões. A terceira e última etapa vai do Rio Cassiporé ao município de Oiapoque, com 56 quilômetros de extensão, com um custo de R\$ 85,7 milhões.

Os serviços são frutos do esforço do Poder Executivo e da bancada federal junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, órgão do Ministério dos Transportes.



Boletim de Notícias - Edição nº 11./ 2014

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

ÁGUAS BELAS: Índios da Tribo Fulni-ô recebem moradias em ação conjunta dos Governos Dilma e Genivaldo Menezes
SÍTIO BLOG DO CARLOS EUGÊNIO, 21.01.2014



O Prefeito de Águas Belas, Genivaldo Menezes (PT), acompanhado da superintendente Nacional da Habitação Rural da Caixa Econômica Federal, Noemi Lemes, vereadores e secretários municipais, esteve na última quinta-feira, dia 16, na Tribo Fulni-ô, naquele Município, para entregar 50 casas populares, construídas através do Programa Nacional de Habitação Rural, o PNHR, viabilizado numa parceria entre o Governo Federal, através da Caixa; Prefeitura de Águas Belas e Cooperativa Bemorar.

O Encontro foi marcado por uma grande festa, já que cinquenta famílias indígenas passaram a contar com uma casa em alvenaria e com todo o conforto que merecem. Além da entrega das Habitações, o Prefeito Genivaldo, juntamente com a Superintendente da Caixa, assinou a Ordem de Serviço para construção de 50 novas habitações naquela Tribo. "Através de programas como este (PNHR) e como o Minha Casa Minha Vida, Governo Federal vem dando dignidade aos moradores das localidades rurais e indígenas. Me sinto feliz em participar desse processo, pois estamos levando mais conforto e dignidade aos moradores de Águas Belas", registrou o Prefeito Genivaldo Menezes.

Postado por Carlos Eugênio



Arrendamento de terras: para procurador, está se criando no Brasil uma elite indígena

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 21.01.2014

A Polícia Federal segue com as investigações em torno de uma denúncia de arrendamento de terras demarcadas para a reserva indígena em Cacique Doble. Segundo a denúncia do procurador do estado Rodinei Candeia, o arrendamento se tornou uma prática corriqueira nas reservas, devido à falta de gestão sobre essas áreas. Candeia frisa que o arrendamento não é problema exclusivo de Cacique Doble, pois existe há mais de 15 anos em praticamente todas as áreas demarcadas.

Conforme o procurador, ainda vivemos no Brasil uma política romântica de que os indígenas deveriam viver no estado natural, em meio às florestas, algo que segundo Candeia não existe mais. O procurador destaca que é preciso dar condições para os índios como brasileiros, de viverem plenamente e escolherem seus destinos. Conforme Candeia, no caso dos arrendamentos são dois problemas a serem resolvidos: um é a usurpação de bens públicos e outro é a busca incessante de novas áreas que em teoria seriam para reservas indígenas, mas na prática serão arrendadas criando uma elite indígena.

O deputado federal do Partido Progressista, Luis Carlos Heinze, acompanha os processos de demarcações de terras indígenas. Segundo ele, o caso de Cacique Doble é apenas um, mas existem outros tantos no Rio Grande do Sul e em outros estados. Um triste exemplo de arrendamento está em Rondônia onde, conforme Heinze, se extrai diamantes, mas a maior parte dos indígenas vive na miséria.....

Atualmente são 45 mil hectares de terra em disputa entre indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul. O crime de arrendamento de terras federais é classificado como usurpação de bens da união, com penas que podem chegar a cinco anos de prisão.

Fonte Radio Uirapuru

Projeto pode indenizar agricultores ocupantes de terras indígenas

SÍTIO CLICHOJE, 21.01.2014



A Câmara dos Deputados analisa um projeto de lei do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES) que cria regras para a indenização a agricultores ocupantes de terras indígenas que não sabiam que se tratava de uma área protegida quando adquiriram a propriedade.

De acordo com a proposta, os agricultores que ocuparam de boa-fé essas áreas, terão direito a uma indenização em dinheiro da terra nua e pelas benfeitorias existentes no local – casas, galpões, silos, armazéns e instalações. O texto também garante a permanência dos agricultores até que tenham sido indenizados.

“Entendemos que o Estado Brasileiro não pode desamparar as famílias de agricultores que de boa-fé tenham ocupado áreas rurais para o desenvolvimento das atividades que lhes garantam a sobrevivência. Destarte, cumpre ao estado indenizar as famílias que, de boa fé, ocupem áreas indígenas, inclusive aquelas que venham a ser reconhecidas como tais, dando a eles plenas condições financeiras para reiniciar a produção agropecuária em outra área”, justificou o deputado.

A proposta, que já foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.